



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTANCIA



EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM**

SÃO BENTO – PB

2013

EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador (a): Ivana Maria Medeiros de Lima

SÃO BENTO – PB

2013

T266r Teixeira, Edilma Lopes.

Reflexões sobre a educação inclusiva no processo de ensino-aprendizagem / Edilma Lopes Teixeira. – João Pessoa: UFPB, 2013. 54f.

Orientador: Ivana Maria Medeiros de Lima
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Professores. 2. Ensino fundamental. 3. Inclusão. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051 (043.2)

EDILMA LOPES TEIXEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mcs.: Ivana Maria Medeiros de Lima
Orientador

Prof. .XXXXXXXX
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, em primeiro lugar, que me deu a oportunidade de realizá-lo fazendo-se força viva dentro de mim, dando intuição e coragem para ultrapassar todas as barreiras que foram diversas, porém bem mais forte foi a sua presença de amor e carinho. Dedico também a minha mãe, Francisca Teixeira da Silva, pela a força que me deu durante todo o curso, pois se não fosse por ela eu não teria conseguido

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por ter estado comigo em todos os momentos. E principalmente por ter mim concebido a conquista de mais um desafio de vida.

Aos meus pais, por ter mim dado o dom mais preciso: a vida. Por ter cultivado principalmente por ter aberto as portas do meu caminho com a brilhante luz a qual encontraram: o estudo.

As minhas filhas e o meu filho de apenas 2 meses de modo especial, e meu esposo, por ter sido privadas da companhia, mas compreendeu e me apoiou nos momentos de desânimos.

Ao bom convivo que desfrutei ao lado dos meus colegas os quais colaboraram durante toda a minha caminhada.

A minha orientadora Ivana Maria Medeiros de Lima, pela cordialidade e paciência que teve comigo, esse apoio e estímulo minha eterna gratidão.

RESUMO

Este trabalho, de caráter de descritivo e explicativo, visa analisar o conhecimento dos professores sobre a inclusão educacional, conceitos, formação e contribuições do mesmo no tocante às práticas de ensino adotadas em sala de aula. Trata-se de um estudo de campo, em pesquisas bibliográficas e metodologia de análise quantiqualitativa. A população analisada é composta de 10 professores do Ensino Fundamental (segundo seguimento) da Escola Municipal Plácido Francisco Saraiva Leão, situada na cidade de São José de Brejo do Cruz – PB. Os dados foram obtidos através de um questionário direcionado aos docentes e também de observação. Constatou-se que os docentes da instituição, na sua maioria, concebem-se despreparados para atuar na perspectiva da inclusão, tendo em vista que não lhes foi proporcionado formação para atuarem na inclusão. Verificou-se também as condições de trabalho dos docentes quanto a inclusão educacional, a ausência de material pedagógico específicos para se trabalhar com as pessoas com necessidades especiais e a falta de acessibilidade na estrutura da escola. Concluiu-se que a efetivação da inclusão se dá de forma insatisfatória, isso se deve a desqualificação dos recursos humanos, a ausência de materiais, de estrutura adequada e, principalmente, de políticas públicas que proporcionem a formação dos docentes para atuarem com os pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial.

Palavras-chave: Professores. Ensino Fundamental. Inclusão. Pessoas com necessidades especiais.

ABSTRACT

This work, character descriptive and explanatory aims to analyze the teachers' knowledge of educational inclusion, concepts, training and contributions of the same with respect to teaching practices adopted in the classroom. This is a field study and in literature searches and analyzes methodology quantiquantitative. The study sample consists of 10 elementary school teachers (second follow-up) of the Municipal School Plácido Francisco Saraiva Leão, in the city of São José de Brejo do Cruz – PB. Data were collected through a questionnaire given to the teachers and also observation. It was found that the teachers of the institution, mostly conceive themselves unprepared to act in the perspective of inclusion, given that they were not provided training to work on inclusion. It was also the working conditions of teachers as educational inclusion, lack of teaching materials specific to working with people with special needs and the lack of accessibility in the structure of the school. It was concluded that the effective inclusion occurs in an unsatisfactory manner, this is due to the disqualification of human resources, lack of materials, adequate infrastructure, and especially public policies that provide the training of teachers to work with individuals with any special needs.

Keywords: Teachers. Elementary Education. Inclusion. With special needs.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Caracterização da população: sexo	30
Tabela 2: Caracterização da população: idade.....	31
Tabela 3: Caracterização da população quanto ao tempo de serviço.....	31
Tabela 4: Caracterização da população quanto à formação acadêmica.....	31
Tabela 5: Caracterização da população quanto as séries que leciona.....	32

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A INCLUSÃO E OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ O SÉCULO XXI.....	12
2.1 Inclusão: trajetória histórica internacional.....	12
2.2 Inclusão: trajetória histórica nacional.....	14
2.3 Inclusão: conceito atual.....	17
	21
3 A INCLUSÃO NA ESCOLA: DA TEORIA A PRÁTICA.....	
3.1 A escola na perceptiva da Inclusão.....	21
3.2 A sala de aula na perceptiva da Inclusão.....	23
3.3 O professor na perceptiva da Inclusão.....	24
	27
4 METODOLOGIA.....	
4.1 Método e problemática.....	27
4.2 Universo da pesquisa.....	27
4.3 Instrumento e coleta de dados.....	27
4.5 Tratamento e análise dos dados.....	28
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	29
5.1 Sobre o universo da pesquisa de campo.....	29
5.2 Análise dos questionários.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES	44
APÊNDICE A.....	45

1 INTRODUÇÃO

O tema principal deste trabalho é “Reflexões sobre a Educação inclusiva no processo de ensino-aprendizagem”. O mesmo parte da reflexão sobre inclusão educacional, teoria e objetivo que se desenvolveu centrado no direito à diversidade, à igualdade. A partir de um percurso histórico se propõe expandir os conhecimentos a cerca da pluralidade de sentidos atribuídos como também analisar a ação e a prática docente da inclusão levando em consideração a inclusão da criança e adolescente no processo de ensino-aprendizagem.

As diferenças conjunturais ao longo da história trazem consigo mudanças de paradigma na vida do homem, assim questionar direito na sociedade, não é recente, as reivindicações acompanham diferentes transformações sociais na história da humanidade. É, portanto de suma importância analisar os processos históricos que levaram à construção de teorias educacionais cuja inclusão não pode ser dissociada.

Antes de ser um tema tratado no âmbito escolar, a inclusão é um problema social. Cada indivíduo se desenvolve num ritmo único e, às vezes, com cuidados e recursos diferenciados que os fazem diferentes e ao mesmo tempo iguais aos demais, pois, é notório que cada indivíduo se desenvolve de forma particular.

Embora muitas teorias da aprendizagem tenham constatado as formas e estágios de desenvolvimento comuns ao homem, é certo também que tais aspectos se desenvolvem diferente em cada indivíduo, seja com relação ao tempo necessário para a aprendizagem ou ao processo de resposta e estímulo que compreende os diferentes métodos, recursos, objetivos, etc., que, por sua vez, caracterizam o processo formal de ensino.

A inclusão enquanto forma de inserção social é de suma importância a administração escolar, a inclusão é um direito previsto em lei. Ela pode ser percebida claramente na Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). No artigo 3º, a LDB apresenta doze princípios em que se devem fundamentar a educação nacional. Com relação a inclusão pode-se destacar, principalmente, dois deles. O Inciso I propõe “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Enquanto o Inciso II propõe” Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, etc”. Tais princípios podem ser considerados a base da

inclusão, pois é de fundamental importância que todos os indivíduos tenham igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, assim como a liberdade de aprender, sem tais aspectos a inclusão escolar não pode ser efetiva.

Apesar da grande relevância atribuída a educação especial, este propõe-se tratar a inclusão num sentido abrangente. Não apenas as pessoas com necessidades especiais, mas a inclusão dos educandos nas atividades de ensino, aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem devido a inúmeros fatores, tais como: timidez, hiperatividade, desvios de aprendizagem, dificuldades de aprendizagem, indisciplina etc.

Diante das observações apresentadas propõe-se algumas considerações sobre a problemática da pesquisa, que se propõe responder o seguinte problema: Como o professor pode desenvolver um trabalho inclusivo que contribua para a aprendizagem dos alunos?

Ressalta-se também que este trabalho adota como objetivo geral: analisar a inclusão a partir da prática pedagógica do professor. E, os seguintes objetivos específicos: Refletir sobre o significado da Inclusão na educação; Analisar como a escola pode promover a inclusão a partir da diversidade cultural; e Identificar como o professor trabalha a inclusão na sala de aula.

Apoiado em bibliografia específica voltada para educação inclusiva, a iniciar pela própria constituição, propõe-se um olhar crítico sobre a inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagem específicas. Problemas que muitas vezes passam despercebidos, como crianças que sofrem discriminação da pobreza e das desvantagens sociais, a timidez, dificuldades de interação e aprendizagem etc.

Com relação ao tipo de pesquisa, foi adotado o método bibliográfico e, posteriormente, a pesquisa de campo, cujo universo e local pode ser sumariamente compreendido pelos professores do Ensino Fundamental (segundo segmento) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Plácido Francisco Saraiva Leão, situada no Município de São José de Brejo do Cruz – PB.

Com relação à estrutura, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro trata da inclusão e dos caminhos percorridos até o século XXI. O segundo desenvolve-se levando em consideração a relação teoria e prática da inclusão na instituição escolar. Seguem a estes a metodologia e a análise dos dados no qual se faz a análise da prática de ensino observada na pesquisa, assim como a análise do questionário aplicado junto ao professor.

A partir do capítulo três propõe-se a compreensão do processo de inclusão dentro deste contexto, para dessa forma inferir sobre uma realidade local e nacional. Suscita-se a partir desta análise a reflexão não só da prática de ensino dentro de sala de aula, mas também as ações que envolvem prioritariamente os educadores, a família, a comunidade escolar, o projeto político pedagógico da escola etc. O que se propõe aqui, como inclusão, contempla não somente a inclusão dos alunos com necessidades especiais, mas todos aqueles que por motivos diversos, encontram-se em situações de não-aprendizagem, por conseguinte, de exclusão.

Ale ainda salientar que após realização e análise dos dados este trabalho estará à disposição da comunidade escolar assim como de quaisquer pessoas que desejem se aprofundar no tema da inclusão. Objetiva-se que ao termino do mesmo, este trabalho possa servir se subsídio teórico tanto para estudantes acadêmicos como também para os educadores, de modo que possa contribuir para o melhoramento de prática inclusivas não só no local da pesquisa como também em outras instituições.

Diante das considerações já realizadas, vale ressaltar a relevância deste trabalho no meio científica e acadêmico no tocante que visa proporcionar a reflexão sobre o processo de inclusão educacional indispensável à efetivação plena do indivíduo na escola e sociedade.

Tanto o aluno com necessidades especiais quanto os demais educandos têm direito à igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Para que isso se efetive é necessário que ele aprenda e para tal é indispensável que as particularidades, ritmo e dificuldades de aprendizagem sejam compreendidas e trabalhadas, de forma que a inclusão se efetive em sala de aula.

2 A INCLUSÃO E OS CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ O SÉCULO XXI

2.1 Inclusão: trajetória histórica internacional.

Durante milênios da história da humanidade as pessoas com necessidades especiais viveram às margens da sociedade, consideradas como “seres inúteis”, vivendo sob a condição de dependência para sobreviver ou abandonadas à própria “sorte”, em sua vida terrena.

Foi assim, ao longo dos anos através dos períodos históricos, desde a Antiguidade, Idade Média e Tempo Moderno, até o limiar da Idade Contemporânea, século XVIII, quando surgem importantes manifestações, levantadas por pensadores, filósofos, escritores, à época, os “enciclopedistas”, em favor de se dar à devida atenção ao potencial dos cegos, reconhecendo sua capacidade intelectual, independentemente, de sua incapacidade visual.

Como resultado desses movimentos surgiu na França à primeira oportunidade de atendimento educacional dos cegos, com a criação da primeira “escola especial”, a “Instituição Real dos Jovens Cegos de Paris”, em 1784, iniciativa do filantropo Valentim Hauy.

Essas escolas representam o marco inicial da “Educação dos Cegos”, símbolo de “inclusão” no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que pela possibilitaram a oportunidade de estudar as pessoas com deficiência visual. Valendo-se de um “sistema de leitura” dos caracteres comuns em relevo, disponíveis, na ocasião e inventados por Valentim Hauy. Falar de inclusão é inevitável que venha à tona uma suposta noção de deficiência de menor valor enfim, de alguém que, por não seguir as regras ou os padrões consensuais, não é merecedor de atenção, de cuidados e, sobretudo de respeito. Bueno (1997, p.7) afirma que a partir dos anos 90 em vários países e inclusive o Brasil passou a “considerar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em classes especiais regulares como forma mais avançadas de democratização das oportunidades educacionais.”

A exclusão social afeta não somente o Brasil, como também muitos outros países. Nos Estados Unidos da América, os afrodescendentes e os denominados

chicanos (oriundos dos países da América Central e do Sul). Na França, os nigerianos e argelinos que foram colônias Francesas. Na Inglaterra, os asiáticos (indianos). Na Espanha, africanos, ciganos e outros. Esses grupos são, muitas vezes, excluídos devido sua origem ou mesmo classe social. Sua vulnerabilidade perpassa a exclusão econômica e também educacional.

Segundo o relatório do documento da UNESCO Projeto Principal de Educacion (2000) considera que os anos 80 e 90 foram marcos de desenvolvimento das políticas de educação no continente latino-americano esse documento mostra a importância, como também retrata a desigualdade de oportunidades de acesso a educação existente para crianças de grupos sociais vulneráveis no continente, onde inclui uma larga proporção de crianças de áreas rurais, de famílias pobres principalmente as meninas e com deficiência, que se mantêm á margem da educação.

Dessa forma seguindo a linha do tempo, onde se pode encontrar sobre a historia da humanidade Amaral e Mazzota (2002) encontra alguns subsídios para entender a exclusão social, política e econômica de pessoas consideradas deficientes, onde o mesmo tenta mostrar e analisar as representações, que estão presentes nos diferentes contextos e época histórica.

Contudo, antes, a segregação e o abandono das pessoas deficiente ocorriam como o aval da sociedade, onde a sociedade não queria nem saber dessas pessoas especiais, com isso as pessoas naquele tempo viviam em total abandono. Na Grécia, as pessoas com deficiência eram vista como ser desprezíveis, onde as mesmas com qualquer deficiência eram mortas ou abandonadas ou expostas publicamente (MITTLER, 2000).

Em Roma existia uma lei para qualquer família que nascesse filhos que apresentasse alguma deficiência, a família podia eliminar logo após a mãe tivesse dado a luz. Como podemos ver que na Idade Media a deficiência era vista como criaturas divinas, onde não poderia ser abandonadas ou desprezados, por possuir alma, por outro lado era consideradas forças malignas e por isso as pessoas não tinha direito de viverem em paz, onde a visão cristã presente naquela época relacionava a deficiência a culpa, ao pecado, ou seja a transgressão moral ou social, era vista como algo que impedia o contato com a divindade, onde essa deficiência na época era marca física, sensorial ou mental do pecado (MITTLER 2000).

Diante do que foi visto está evidente que a inclusão na antiguidade foi marcada por várias turbulências, onde pode se ver que os deficientes eram vistos como ser desprezíveis, e, até hoje existem países que ver a educação inclusiva como um sinônimo de educação especial, isto é de educação de pessoas com deficiência e não presta atenção que a educação inclusiva não se destina apenas as pessoas com deficiência e sim a pessoas com necessidades de um futuro melhor.

Percebe-se que durante as décadas de 80 e 90 todo esse tempo na América latina, não houve alguns avanços em termo de anos de escolarização, onde podemos perceber que não houve mudança no panorama educacional no Brasil, na Bolívia e no Chile até o ano 2000. (UNESCO PEL, 2000).

Mediante o que foi visto até agora pode se afirmar que em todos os momentos na antiguidade a inclusão não existia, pois as pessoas não eram capazes de incluir, e, sim excluir, onde se observa que minorias naquela época não alcançaram a visibilidade e o reconhecimento, com isso um dos maiores desafios que tanto a escola quanto a sociedade, ou comunidade tem enfrentado, onde se espera que a educação inclusiva venha alcançar um espaço bastante significativo no cenário da educação mundial.

2.2 Inclusão: trajetória histórica nacional

A educação tem assumido papel de destaque no panorama das políticas governamentais brasileiras, principalmente a partir de 1990, em que se pode verificar fortalecimento do discurso e de propostas que revelam a intenção de garantir a educação para todos, como fundamenta a Constituição Federal de 1988, art. 205.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, afirma no artigo 4.º, inciso III, que é dever do Estado a garantir atendimento especializado gratuito aos educandos “com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino”. Em classes comuns, propõe-se que os educandos com necessidades especiais sejam incluídos no processo de ensino-aprendizagem como aluno regular, independente de quaisquer que sejam suas necessidades. Entretanto vale salientar que é necessário que o educador receba todo o aporte técnico especializado para desenvolver o seu trabalho.

As Diretrizes curriculares Nacionais Art. 3º suscita que a educação especial deve ser definida em proposta pedagógica, de forma que assegure recursos para a efetivação da inclusão de modo que as instituições se organize para:

[...] apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A Declaração Mundial de Educação para Todos¹, ressalta os aspectos supracitados afirmando que “Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades”.

Ao assinar a declaração de Jomtiem, perante a comunidade internacional, o Brasil se comprometeu a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país, criando documentos legais para apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal.

Desde então, é oferecido as pessoas com necessidades especiais um direito novo, o de não serem injustamente discriminados pelas escolas e pelas autoridades educacionais locais, assegurando-lhes ajustes “razoáveis” determinados pela política, pelas práticas e pelos procedimentos que os colocaram em uma situação de desvantagem significativa com relação aos outros alunos e alunas.

Dessa forma, a escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto político pedagógico e verificar se ela está voltado para a diversidade, direito que é assegurado pela Constituição Federal como um dos princípios para o ensino, a “igualdade de condição, de acesso a permanência na escola” (art. 206, inc.I), acrescentando que o “dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevado do ensino da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, (art. 208, inc. v.).

¹ A Declaração Mundial de Educação para Todos é resultado da conferência de educação para todos, realizado em Jomtiem, na Tailândia em 1990. Tal documento tem sido utilizado em diversos trabalhos que ressaltam a educação inclusiva, tendo em vista o seu aporte teórico jugado bastante relevante para se pensar a inclusão no âmbito internacional.

Dessa maneira, o aluno com necessidades especiais tem garantido seu espaço e oportunidade; inserir os alunos com necessidades na rede regular de ensino constitui o primeiro passo para a jornada da inclusão, devendo ser seguidor de medidas pedagógicas que garantam o acesso a aprendizagem ao conhecimento proposto na vivência escolar. Traduzindo na prática, é preciso acionar os meios que efetivamente possibilitem a permanência do aluno na escola, favorecendo-lhe o acesso ao currículo, sendo este concebido, segundo Coll Palácios e Marchesi (1996, p.45) como “o projeto que preside as atividades educativas escolares define suas intenções e proporciona guias de ações adequadas e úteis para os professores [...]”.

Não se defende aqui a ideia de currículo fixo ou fechado, mais de instrumento participativo, resultante da vivência e das expectativas socioculturais, que desvele a importância da diversidade nas escolas e respondam as suas demandas reais.

A colaboração da sociedade civil está em organizar por meio de associações filantrópicas, e reafirmada como definição de que são aquelas organizações que envolvem os pais de crianças especiais. Surgem duas metas que interessam diretamente a esta discussão que assegura a continuidade do apoio técnico e financeiro, as instituições privadas, sem fim lucrativo com atuação exclusiva especial. (BRASIL, 2001, p.52).

Para que crianças com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos recursos e equipamentos especiais necessários ao processo de desenvolvimento e aprendizagem, é necessário reconhecer a necessidade de articulação das políticas e de ações práticas efetivas e integradas entre os setores governamentais que desenvolve essas políticas.

Mediante as palavras do ex-ministro Tarso Genro, a política que entende essa modalidade de atendimento educacional dentro do conhecimento, da realidade é ainda bastante precária, por que não dispomos de recursos, e pessoas capacitadas.

O objetivo da educação inclusiva é construir escolas para todos no século XXI. A inclusão traz contribuições valiosas para a reflexão sobre transformação conceitual a prática do sistema educacional. Sua função é ampliar e disseminar conhecimentos técnicos e científicos no estímulo de experiência entre os diversos profissionais que atuam no processo de inclusão educacional e atendimento as necessidades educação especiais.

Na luta por uma educação de qualidade para todos enfatiza que para alcançar avanço no processo de inclusão educacional é preciso que os sistemas educacionais organizem projetos pedagógicos voltados para a atenção às especialidades das crianças.

Considerando o paradigma da inclusão a perspectiva é a garantia das condições de aprendizagem e a participação dos excluídos seja de qualquer módulo. É bastante visível que o Brasil já começou a buscar caminhos para a implantação da inclusão, a iniciar pela legislação.

Caso isso não ocorra essas pessoas terão sempre uma vida cidadã pela metade. E o maior ganho para o professor é garantir o direito a educação para todos estes é a função da educação para todos estes é a função da educação inclusiva perante a lei, e a determinação dos profissionais.

As perspectivas o ensino inclusivo são, pois, animadores e alentadoras para a nossa educação. A escola é do povo, de todas as crianças de suas famílias das comunidades, em que se encarem adequadas ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola respeitando a frequência obrigatória.

2.3 Inclusão: conceito atual

A inclusão ou educação inclusiva, é o movimento que compreende a educação como um direito fundamental igual para todo ser humano, em uma sociedade mais justa a respeito de inclusão Gotti (2004, p.329), nos afirma que:

Torna a realidade a educação inclusiva, por sua vez se efetuará por decreto sem que se avaliem as reais condições que se possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais, nos sistemas de ensino. Deve ser gradativa, por ser necessário que tanto a educação especial como o ensino regular possam ir se adequando a nova realidade educacional, construindo políticas práticas institucionais e pedagógicas que garantam qualidades no ensino de modo que envolva alunos com ou sem necessidades especiais.

Na visão de Leonardo Hacrtter (2002), inclusão é integração dos excluídos, seja por deficiência, ou por reprovação dos próprios atos, talvez até mesmo da própria escola, e até mesmo da família, ou seja, há inclusão, quando os

segmentos da sociedade, a escola e a família virem com outros olhos, às pessoas que tenham algumas necessidades especiais e, ou aqueles que tenham algum comportamento reprovável por eles; aí sim essa integração acontece de fato.

Continuando na busca de conceituar inclusão, Fávero (2001) aponta como sendo pelo direito à igualdade. A educação inclusiva é meio privilegiada para alcançar a inclusão social, um direito legal para os excluídos das diversas situações respectivas de dificuldades. A cada dia aumenta a quantidade de pessoas na luta para diminuir o número de dispensáveis na sociedade e quanto mais a luta desses militantes aumenta, mais avança o processo de inclusão social.

De acordo com Sassaki (1947) a inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e a preparação para que estas possam assumir seus papéis na sociedade.

A inclusão segundo Mantoan (2002) é uma inovação cujo sentido tem sido muito distorcido e um movimento muito polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. Poderia se dizer que o termo inclusão surge a princípio, com uma alternativa de eliminar as situações de desintegração e exclusão em que se encontram muitos alunos nas escolas sob o enfoque da integração.

Hoje já podemos sentir certo avanço dentro da sociedade que estar se adaptando a este processo de inclusão onde as pessoas com algumas necessidades especiais estão garantindo seus espaços, podendo mostrar sua capacidade e prover que não é diferente, conquistando assim seu direito legal.

Se a sociedade busca a inclusão a escola também deverá buscar a inclusão através da escola inclusiva que, por sua vez, implica em uma nova postura da escola regular, conforme esclarece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, no artigo 8º afirma que as escolas da rede regular de ensino devem proporcionar em classe comum “professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos”

A escola inclusiva precisa discutir os motivos que levam a tanta repetência e indisciplina onde a maioria dos professores não dá conta do recado, e os pais que não são incentivados a participarem na escola.

A escola preparada acolhe todas as pessoas, sem exceção e tema, capacidade de entender e reconhecer o outro e aprender a compartilhar com

pessoas diferentes de nós. A escola inclusiva é aquela que interage com o outro e tem o objetivo de possibilitar dos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou cor, que por direito, ocupem seu espaço na sociedade (MANZAN, 2011).

Sabe-se que a inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais inter e intrapessoais vividas na escola. Modifica a prática comum para a prática escolar inclusiva é uma verdadeira revolução, que implica inovações na forma de o professor e o aluno avaliarem o processo de ensino e de aprendizagem. O professor, na óptica da educação inclusiva, não é aquele que ministra um “ensino diversificado” para alguns, mas aquele que prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem “deficiência”) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular (MANZAN, 2011).

Para conseguir trabalhar dentro da proposta educacional inclusiva, o professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores, e outros).

Percebe-se, no entanto, que para as escolas desenvolverem práticas inclusivas no seu dia-a-dia é preciso que haja mudanças no ensino nelas ministrados, visando universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos incondicionalmente, nas turmas escolares, mudanças essas necessárias na sala de aula e no âmbito da gestão educacional envolvendo o desenvolvimento de comportamentos cooperativos entre os defensores da mudança no ambiente escolar. Mittler (2003, p.180) afirma que

Uma ironia final é que as equipes de apoio não recebem apoio administrativo suficiente oportunidade para capacitação por parte das autoridades educacionais locais para responder as suas responsabilidades, ao mesmo tempo, delicadas e complexas, por exemplo, os professores das escolas regulares reclamam que se sentem menos confiantes e menos habilitados como resultado de envolvimento do profissional de apoio. Alguns dos próprios profissionais podem precisar de apoio para aprender a habilitar-se em vez de perder suas habilidades.

Uma adequada formação do professor é de fundamental importância para o exercício de sua prática pela postura que irá adotar no encaminhamento de suas ações. Nos últimos anos, essa formação tem passado por uma revisão crítica substantiva, uma vez que muito se tem questionado sobre o papel da educação na sociedade e falta de clareza sobre a função do educador.

Pois ser sujeito de experiência não somente ser sujeito de informações, de apoio, do trabalho, do saber, do julgar, do fazer, do poder e do querer, o profissional de experiência se fundamenta no diálogo, onde leva a transformação dos sujeitos envolvidos nesse processo de aprendizagem.

Portanto, de um modo geral pode-se dizer que a inclusão escola no Brasil nos dias de hoje é um fenômeno, cujo esse fenômeno da retórica, existe bastantes preconceitos ainda até hoje, mas todos juntos na luta pelo o acesso, onde a educação escolar tem a missão de socializar as futuras gerações para que se insiram na sociedade, daí a importância da inclusão no contexto educacional.

3 A INCLUSÃO NA ESCOLA: DA TEORIA A PRÁTICA

3.1 A Escola na Perspectiva da Inclusão

É certo que já há algum tempo a inclusão vem sendo incorporada nos sistemas de ensino, entretanto na prática a inclusão ainda não é prática efetiva em todas as instituições de ensino do país, isso se dá por diversos motivos que vão desde a falta de profissionais preparados até a ausência de recursos didático-pedagógicos. Pois, a escola baseia-se no princípio de inclusão e integração social, sua função é proporcionar condições de aprendizagem com qualidade e equidade, sendo ela própria uma forma de promoção da justiça social, dos direitos humanos e de bem-estar.

A escola inclusiva não pode ter como finalidade apenas a transmissão de conteúdos, pois tão importante como estes, ou até mais, é a formação humana. Essa formação só será possível se pensar os princípios da educação nacional e sua efetivação no ambiente educacional, tais como a igualdade, diversidade, liberdade, respeito à liberdade, gratuidade etc. Cabe, portanto à escola, mediante a gestão democrática proporcionar a reflexão e os meios para que tais princípios sejam plenamente realizados.

A escola, na perspectiva da inclusão, não pode negligenciar os problemas de aprendizagem dos alunos, sejam eles por problemas de integração ou mesmo àqueles cujas dificuldades se dão devido a necessidades especiais. É, portanto dever da escola promover a inclusão, combatendo a discriminação, o preconceito, o bullying, a exclusão, entre outros.

Outro aspecto de suma importância à escola inclusiva é a acessibilidade, pois nesse sentido a mesma pode ser compreendida como condições de acessibilidade ao ambiente físico e social. Isso se quando a escola promove formas de acesso e construção da autonomia do educando, por exemplo, a construção de rampas nas calçadas que possibilite o acesso a todos os ambientes da escola, banheiros adaptados etc. (SASSAKI, 1997).

Segundo Aranha (2004, p. 21) a acessibilidade é um dos primeiros requisitos, tendo em vista que a mesma “garante a possibilidade, de todos, de

chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, freqüentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades”.

A inclusão escolar é um processo contínuo e apesar de não ser fácil, nós “temos a liberdade de pensar e criar, temos a possibilidade de construir uma educação alicerçada nos nossos valores e na nossa realidade concreta, sem comodismo e sem medo de transformar o meio do qual fazemos parte” (FREIRE, 1993, p.28).

O diálogo, a participação e colaboração permitem a plena consciência das individualidades como parte integrante de um todo, ou seja, a escola. Por conseguinte, a participação dialógica garante experiências bem sucedidas que podem ir além da instituição de ensino.

A escola inclusiva reconhece as diferenças individuais e implementa estratégias de aprendizagem para todos. Nesse aspecto, o papel da gestão apresenta-se de grande relevância, sua função na orientação é decisiva para o desenvolvimento de estratégias que promovam a diversidade e a igualdade.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, ela enfatiza “o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos”. A mesma declara suscita a responsabilidade dos sistemas de ensino de matricularem todos os indivíduos, preferencialmente no ensino regular. Cabendo, portanto, às escolas se organizarem para atender todos os educando com necessidades especiais e assegurar-lhes as condições necessárias ao seu desenvolvimento.

Endossando as afirmações supracitadas, a Declaração de Salamanca prevê que “as escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos” (UNESCO, 1994, p.32).

Para que os fundamentos acima citados se efetivem é de suma importância que a instituição de ensino adote um plano articulado de ensino. Segundo Fussari (APUD VASCONCELOS, 1992, p.19), “No planejamento de ensino deve promover a atuação concreta dos professores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos”. É, portanto, a partir das vivências escolares, das dificuldades de aprendizagem e das diversas barreiras enfrentadas que o planejamento deve ser

pensado. Encontra-se no planejamento uma ferramenta bastante poderosa na superação da desmotivação, dos problemas de aprendizagem, no combate ao bullying e a exclusão.

Segundo Libâneo (1992, p.33):

O planejamento escolar inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quando a sua revisão e adequação no decorrer do processo de racionalização [...] das atividades escolares e a problematização do contexto social.

Como afirma Libâneo (1992) a problematização do contexto social é fundamental. Conhecer os discentes em suas dificuldades juntamente com um plano de atividades articuladas permite a construção de uma escola mais justa, mais inclusiva.

Cabe, portanto, aos sistemas de ensino e a escola promover o debate sobre a inclusão dentro de seu contexto e suscitar práticas que possibilitem a superação de conflitos que gerem a exclusão, de modo que as atividades desenvolvidas no âmbito escolar proporcionem a inclusão de todos os discentes no processo de ensino-aprendizagem.

3.2 A Sala de Aula na perspectiva da Inclusão

A aprendizagem é um processo contínuo, ela se dá a partir de inúmeros processos físico-biológicos, psicológicos e também sociais. Pode-se entender que a aprendizagem é um processo natural, entretanto, alguns indivíduos possuem algumas necessidades especiais que devem ser levadas em consideração no processo didático-pedagógico.

A sala de aula inclusiva deve proporcionar a interação dos educandos, para tal exige-se formação específica dos educadores, um plano de ação articulado e, também, a utilização de recursos didáticos diversos que podem facilitar o processo de interação. Como, por exemplo, o manuseio de diversos materiais empíricos, que pode facilitar a discriminação dos objetos e do mundo das crianças com deficiência visual

Como a aprendizagem é um fenômeno social, crer-se que é fundamental conhecer os aspectos sociais dos indivíduos que compõem a sala de aula,

compreendidos não só pelas características psicofisiológicas, mas também os aspectos que corroboram a cultura e classe social dos educandos.

Conhecer tais aspectos proporciona a elaboração de ações direcionadas as dificuldades dos alunos de se inserirem no ambiente escolar, mas especificamente, na sala de aula. A sala de aula inclusiva deve ser um ambiente que possibilite aos indivíduos a participação plena nas atividades educacionais (FLORIAN, 1998).

Para tal é necessário um planejamento que se adéqüe a heterogeneidade da turma e as diversas dificuldades de aprendizagem. Aranha (2000, p. 02) afirma que “o processo de inclusão “trata-se da garantia de acesso de todos a todas as oportunidades sejam quais forem às peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.” Cabe, portanto a escola inclusiva “garantir qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades” (ARANHA, 2004, p. 7).

3.3 O professor na perspectiva da Inclusão

A inclusão é um aspecto de suma importância para toda e qualquer categoria escolar, seja ela privada ou pública, visto que a mesma é um processo que visa promover uma educação que tenha como requisito fundamental propiciar uma educação de qualidade para todos os indivíduos de uma sociedade. Uma educação que não seja excludente, mas que englobe os diversos tipos de cidadãos: aqueles que infelizmente podem ser potencialmente marginalizados pelo meio social devido ao sexo, deficiência, problemas e comportamentos emocionais, o histórico familiar, sua etnia, processo migratório, classe social ou mesmo os problemas de aprendizagem.

Embora a inclusão seja um aspecto de fundamental importância ainda é vista como um aspecto passível de dificuldade e de obstáculos, porém é importante salientar que a mesma é uma das oportunidades para promover o avanço da escola em prol da transformação, do diálogo e da participação. Brasil² (1994, p.31) suscita que no sistema educacional brasileiro existem algumas barreiras que se colocam ante a efetivação da inclusão, a saber:

² O documento ao qual se refere a citação foi publicado em 1994 pela Secretaria de Educação especial cujo título é Educação Especial no Brasil.

- Os preconceitos em relação ao aluno especial;
- Falta de infra-estrutura;
- Professores despreparados para trabalhar com os alunos especiais; Falta de material e equipamento pedagógico.

É de grande relevância que os professores tenham o conhecimento de que os mesmos estão trabalhando em suas salas de aula com uma grande diversidade e que, por conseguinte devem diversificar os métodos de ensino de forma que atenda a discentes com as mais diversas necessidades. Neste quadro, se torna indispensável à preparação dos professores para a inclusão em todos os planos curriculares, para os professores graduandos e também para os docentes em serviço.

Para esse processo de preparação sugerem-se alguns aspectos relevantes que podem ser trabalhados: a participação de professores que são considerados novos no campo acadêmico com os professores que já possuem uma determinada experiência; é importante também que aconteçam sessões de diálogo, críticas de situações, modalidades de decisões e planos de trabalho, cujo intuito seja fornecer orientação aos professores.

A formação do professor inclusivo é de grande relevância, visto que a teoria e estágio funcionam como pontes para a realização de práticas inclusivas no futuro. É preciso que esses profissionais participem de situações de orientação, por conseguinte, com profissionais experientes e cientistas dessa área de conhecimento. Cabe, portanto, ao professor realizar observações criteriosas para a partir delas intervir adequadamente a cada problema de aprendizagem, independente de quaisquer que sejam as causas. (PRADO; FREIRE, 2001)

Com relação ao professor, salienta-se que sua prática deve ser postulada a partir dos seguintes objetivos:

- Acelerar o processo de inserção do aluno em sala regular, respeitando suas características individuais;
- Elevar o padrão de qualidade do ensino especializado na educação especial;
- Identificá-lo e atendê-lo o mais cedo possível de modo que possa diminuir suas limitações tanto com relação à aprendizagem escolar, quanto com relação a sua vida social;
- Favorecer a integração entre as entidades de atendimento que estes alunos frequentam;
- Renovação das metodologias;
(BRASIL 1994, P.24).

Posto isso, vale salientar que o papel de professor é de suma importância para a consolidação da inclusão. Investir na sua formação e lhe fornecer recursos didáticos diversos e específicos pode contribuir de maneira significativa para o processo de integração do indivíduo na comunidade escolar e na sociedade como todo.

4 METODOLOGIA

4.1 Método e problemática

Este trabalho de caráter descritivo e explicativo visa analisar a melhor maneira de promover a inclusão na escola e, por conseguinte, na sala de aula. Diante de tal prerrogativa suscitamos o seguinte problema: como o professor pode desenvolver um trabalho inclusivo que contribua para a aprendizagem dos alunos? Para a resolução desse problema esta pesquisa utilizou-se inicialmente do método bibliográfico e, posteriormente, de uma pesquisa de campo. Quanto os procedimentos vale ressaltar que optamos por um recorte metodológico academicamente denominado de amostragem.

4.2 Universo e amostra da pesquisa

O universo da pesquisa compreende a população formada pelos professores do primeiro ciclo do ensino fundamental, cujas aulas acontecem na Escola Municipal de Ensino Fundamental Plácido Francisco Saraiva Leão, situada no Município de São José de Brejo do Cruz – PB. Tal pesquisa foi desenvolvida junto ao corpo docente, cuja amostragem composta de 10 professores.

4.3 Instrumentos de coleta de dados

A coleta de dados será realizada por meio de um questionário, composto de perguntas objetivas e subjetivas (APÊNDICE A). O mesmo foi aplicado junto ao professor que respondeu as questões conforme achou conveniente e conforme as suas respectivas realidades. Sendo as respostas responsabilidades somente da população, visto que não coube ao pesquisador intervir em quaisquer momentos.

4.4 Tratamento e análise dos dados

Após a aplicação do questionário, os dados foram processados considerando dois grupos de questões: objetivas, analisadas pela estatística descritiva e as subjetivas analisadas individualmente e comparadas às demais perguntas do questionário. Vale ainda salientar que os adotamos o método de análise quanti-qualitativo, julgado de grande relevância a estruturação a análise proposta.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo será abordado o resultado e análise dos dados da pesquisa realizada sobre a Inclusão Escolar, na qual contou com a participação de 10 (dez) professores da segunda etapa do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) na Escola Municipal Plácido Francisco Saraiva Leão, caracterizada no tópico seguinte. Utilizou-se como instrumento para a coleta de dados um questionário com 10 (dez) perguntas abertas que foram analisadas levando em consideração três aspectos julgados indispensáveis para a compreensão da inclusão: a caracterização dos professores, a visão dos professores sobre a inclusão; a atitude dos educadores frente à necessidade de “inclusão” dentro da sala de aula (ver anexo A).

Devido a questões éticas da pesquisa os dados foram analisados levando em consideração anonimato dos professores, que, por sua vez, consentiram a realização da pesquisa através do termo de livre esclarecimento.

5.1 Sobre o universo da pesquisa de campo

A Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio de São José, ganhou este nome em homenagem ao nome da cidade a qual ela se encontra, localizada na Avenida Fundador Saraiva Leão, 134 - centro - São José do Brejo do Cruz-PB. Foi fundada em 1978, através de um projeto chamado POLONORDESTE que em parceria com o município, atendia de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, funcionando em dois turnos, manhã e tarde com 122 alunos no total. Foi somente a partir de 2003 que a escola passou a oferecer a 5ª e 6ª série do fundamental. Em 2004 ela passou a oferecer o ensino a todas as turmas do fundamental, em 2005 foram implantadas 02 (duas) série do Ensino Médio e em 2006 passou a oferecer todos os segmentos do infantil ao médio.

Quanto à estrutura pode-se dizer que a escola encontra-se em bom estado de conservação, entretanto, pode-se dizer que deixa a desejar nos aspectos físicos previstos em lei para a inclusão, por exemplo, a estrutura física não comporta

rampas de acesso para as pessoas com necessidades especiais, não apresenta banheiros adaptados etc.

Com relação aos recursos a escola possui algumas limitações. Conta-se com livros didáticos, materiais de expediente, TV, aparelho de DVD, aparelho de som, retro projetor e computador para uso administrativo e docente. Entretanto a escola não possui sala de informática, não possui sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e não oferece recursos didático-pedagógicos diferenciados para as pessoas com necessidades especiais, com limitações da visão, audição etc.

5.2 Análise dos questionários

A estrutura do questionário foi desenvolvida a partir de duas partes. As primeiras cinco questões têm como objetivo caracterizar o público alvo da pesquisa, os professores. Pensou-se perceber, portanto, cinco aspectos: sexo, idade, tempo de serviço, ano que ensina e nível de formação acadêmica. A segunda parte do questionário, composta de mais cinco questões, objetivou identificar as concepções e práticas dos docentes com relação a educação inclusiva, suas contribuições e sugestões para o desenvolvimento da inclusão.

Para análise das cinco primeiras questões adotamos como procedimento a análise do método quantitativo. Segue abaixo tabela apresentando resultados sobre o sexo dos docentes:

Tabela 1: caracterização da população: sexo

Questões 01	Respostas	
	N	%
Sexo		
Feminino	10	100
Masculino	0	0

Com relação ao sexo da população que participou da presente pesquisa detectou-se que 100% da mesma é do sexo feminino. Abaixo segue tabela com os dados referentes à idade dos docentes participantes:

Tabela 2: caracterização da população: idade

Questões 02	Respostas	
	N	%
Idade		
18 a 25 anos	0	0
25 a 35 aos	04	40%
Acima de 35 anos	06	60%

A tabela acima citada apresenta um dado bastante relevante, a idade dos docentes que, na sua maioria (60%), apresentam idade acima de 35 anos.

Tabela 3: caracterização da população: tempo de serviço.

Questões 03	Respostas	
	N	%
Tempo que ensina		
Menos de 1 ano	0	0
De 1 a 5 anos	0	0
De 6 a 10 anos	04	40
Acima de 10 anos	06	60

Como é possível perceber na tabela supracitada o tempo de docência da população varia entre seis e dez anos (40%) e mais de dez anos (60%). De certa forma, os dados citados justificam a pesquisa realizada, visto que a composição da população apresenta professores bastante experientes quanto ao ensino. Abaixo seguem os dados com relação ao nível de formação e a série que ensina:

Tabela 4: caracterização da população quanto ao nível de formação acadêmica.

Questões 04	Respostas	
	N	%
Nível de formação		
Ensino médio completo	0	0
Magistério	0	0
Ensino Superior Incompleto	0	0
Superior	10	100

Um aspecto bastante relevante quanto ao processo de inclusão é a formação dos professores. A formação universitária apresenta-se como um dos elementos fundamentais da qualidade da educação e, por conseguinte, da inclusão

escolar. A formação acadêmica proporciona a reflexão e construção de habilidades didático-pedagógicas indispensáveis ao professor para que o mesmo possa lidar com as mais diversas situações em sala de aula. Quanto a esse aspecto, pode-se destacar na tabela supracitada a formação acadêmica da população analisada cuja formação acadêmica é o nível superior. A tabela abaixo apresenta a última questão com características da população. Nela, apresenta-se a série em que os educadores lecionam:

Tabela 5: caracterização da população quanto à série em que lecionam:

Questões 05	Respostas	
	N	%
Série que ensina		
6º ano	08	80
7º ano	01	10
8º ano	01	10
9º ano	0	0

Como é perceptível na tabela acima a série de predominância em que leciona a população é o 6º ano, com 08 (oito) professores, que equivale a 80% da população. Seguem mais dois professores, um do 7º e um do 8º ano, o equivalente a 10% cada.

Conforme a estrutura do questionário aplicados já foram apresentadas as cinco primeiras questões que se referem à caracterização da população, portanto, em seguida segue o detalhamento das outras questões que tem como enfoque as opiniões dos docentes sobre diversos assuntos relacionados e pertinentes à educação inclusiva.

A questão seis suscita o entendimento dos professores sobre a inclusão. As respostas foram analisadas metodologicamente em três grupos. Segue abaixo a primeira parte:

“Educação inclusiva é uma grande oportunidade de ter bons relacionamentos com crianças especiais” (PROFESSOR A).

“Educação inclusiva é uma chance de nos relacionar bem com pessoas especiais. É uma forma de mostrar a sociedade que ser diferente é normal” (PROFESSOR B).

“Educação inclusiva é proporcionar a interação das pessoas com alguma deficiência e os demais” (PROFESSOR C).

“Educação inclusiva é uma forma de se sentir útil e combater o preconceito” (PROFESSOR D).

É perceptível nas respostas supracitadas que os professores concebem a inclusão como forma de promover as relações humanas e combater o preconceito dentro da sala de aula e conseqüentemente na sociedade. Segundo Bueno (1988) o papel da inclusão é inserir todos no processo de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, combater o preconceito às diferenças.

O outro grupo, por sua vez, centraliza as respostas na “inclusão social”, conforme é possível perceber:

“Educação inclusiva é uma forma de socialização das pessoas que são consideradas, por muitos, diferentes” (PROFESSOR E).

“É o processo de inclusão dos indivíduos na sala de aula e na sociedade” (PROFESSOR F).

“Educação inclusiva é o processo pelo qual o indivíduo com alguma necessidade especial é inserido na sociedade, com o mesmo respeito atribuído aos demais” (PROFESSOR G).

“Educação inclusiva é o processo de inclusão dos alunos no nosso trabalho” (PROFESSOR H).

As respostas dadas anteriormente, tanto no primeiro como no segundo grupo, ressaltam o que os teóricos analisados no referencial enfatizam sobre o conceito de inclusão educacional como processo de inclusão dos educandos no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto vale ressaltar que a maioria suscita o papel da inclusão relacionando-o apenas com as pessoas de necessidades especiais, exceto o professor H.

As demais respostas dadas pelos docentes foram muito vagas, que a inclusão é “tudo que pode desenvolver a educação” e “tudo que pode promover a inclusão”. O não conhecimento de metodologias adequadas e a ausências de recursos dificultam a prática da inclusão. Cabe portanto aos sistemas de ensino promover possibilidades de capacitação para os educadores tendo como foco a inclusão (Aranha, 2004).

Com relação à sétima pergunta do questionário, preconizou-se indagar sobre a preparação dos docentes com relação à prática da inclusão. Foi possível averiguar e identificar no discurso dos docentes que os mesmos não se sentem preparados para efetivarem a inclusão em sala de aula. Dos questionários analisados 90% (09 professores) responderam que não estão preparados para praticarem a educação inclusiva em suas áreas de ensino, e 10% (somente 01

professor) informaram que estavam preparados. Os que não se sentiam preparados justificaram que não havia formação academia nas suas respectivas graduações ou que não tinham sido qualificados para tal.

Transcreve-se abaixo as justificativas:

“Não, pois trabalhar na prática com pessoas desse porte exigiu uma preparação adequada” (PROFESSOR A).

“Não, para que o professor realize pratica na educação inclusiva, o mesmo deve passar por uma qualificação profissional” (PROFESSOR B).

“Não podemos afirmar que o professor já tenha domínio suficiente para trabalhar essa pratica devido a lacunas na sua formação” (PROFESSOR C).

“Trabalho sem nenhuma preparação e não surti efeito” (PROFESSOR D).

“Não, pois trabalhar na prática com pessoas desse porte exige preparação adequada que não tive na graduação” (PROFESSOR E).

“Não me sinto preparado, porque tenho pouco conhecimento sobre o assunto” (PROFESSOR F).

“Não me sinto preparado, infelizmente, não fomos qualificados para a inclusão” (PROFESSOR G).

“Tenho pouco conhecimento sobre o assunto” (PROFESSOR H).

“Não me sinto preparado porque o tema é muito pouco tratado na faculdade” (PROFESSOR I).

É evidente nos discursos dos educadores que a formação acadêmica no tocante a inclusão deixa a desejar. Segundo os mesmos, suas dificuldades estão intimamente relacionada à falta de conhecimento e, por conseguinte, a falta de preparação acadêmica. A formação acadêmica é um aspecto tratado por muitos autores, Gotti (2004), Manzan (2013), Aranha (2004). Todos estes vão defender a urgência de se pensar a formação docente em prol da inclusão.

É foi possível perceber 90% da população analisada não se julgava capaz de praticar a educação inclusiva em sala de aula. A justificativa se dá no tocante a sua desqualificação profissional. Mesmo tendo formação acadêmica de nível superior os profissionais entrevistados não se sentem capazes de efetivarem a inclusão. Em contrapartida, 90% dos profissionais afirmaram contribuir para a inclusão, mesmo com inúmeras ressalvas, “falta de recursos”, “sem preparação”, etc.

É interessante também ressaltar que o único professor que afirmou se sentir preparado para a prática da inclusão fez uma ressalva: “não estou totalmente preparado, pois na prática nos deparamos com algumas dificuldades para incluir as

crianças especiais”. Tais dificuldades podem estar relacionadas com a acessibilidade, com a falta de recursos adequados etc. Aranha (2004) afirma ser esse um dos principais problemas da inclusão, o fato de que os educadores não foram especializados no que compete a realização da inclusão na sala de aula.

Com relação à contribuição docente (questão 08), 90% responderam que contribuem quanto profissional para a efetivação da inclusão e 10% responderam que não contribuem para o processo da inclusão. Os que responderam que sim não justificaram, os que responderam que não contribuem suscitaram os seguintes problemas:

“Não, porque a escola não dispõe de recursos.” (PROFESSOR D)

“Não, porque a gente já tem trabalho demais e não nos oferecem condições para realizar a inclusão.” (PROFESSOR C)

Tais respostas endossam a análise supracitada da desqualificação docente para trabalhar com as pessoas que possuem necessidades especiais, tendo em vista que os que responderam contribuir para a inclusão não souberam ou não se dispuseram justificar.

Posto isto, vale salientar, que a preparação acadêmica e contribuição dos docentes constituem aspectos que são totalmente dependentes, seja no âmbito da teoria ou da prática, visto que a formação dos docentes, na maioria das vezes, repercutirá nas suas práticas de ensino (AMARILIAN, 1986).

A nona pergunta refere-se à inclusão como forma de combater o preconceito. Foi perguntado aos docentes de “Trabalhar a Educação Inclusiva ajuda a melhorar o comportamento de todos com relação à(s) diferença(s)? Todos os professores responderam que acreditam na educação inclusiva como um meio de melhorar o relacionamento e o comportamento de todos os indivíduos com as diferenças. Seguem as transcrições:

“A educação inclusiva é sim um aspecto importante para o relacionamento de todos os indivíduos no campo escolar” (PROFESSOR A)

“Com certeza a inclusão melhora a relação dos alunos”. (PROFESSOR B)

“Ela ajuda a aceitar as diferenças.” (PROFESSOR C)

“Ela faz o aluno olhar o outro com igualdade.” (PROFESSOR D)

“A inclusão é sim uma facilitadora de comportamentos.” (PROFESSOR E)

“A educação inclusiva melhora muito as relações na escola.” (PROFESSOR F)

“A inclusão ajuda a escola a combater o preconceito.” (PROFESSOR G)

“Ela combate a discriminação dos alunos com dificuldade”.(PROFESSOR H)

“Sim, a inclusão possibilita a compreensão da alteridade como forma de nos entendermos e entendermos o outro.” (PROFESSOR I)

“Sim, a inclusão ajuda.” (PROFESSOR J)

Sobre o aspecto do combate ao preconceito, suscitado pelos docentes, Declaração de Salamanca enfatiza que a educação inclusiva “é o meio mais efetivo de combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando a educação para todos” (UNESCO, Declaração de Salamanca 1994, XI).

Diante das análises já realizadas segue a ultima pergunta: “Quais sugestões de atividades você daria aos docentes a fim de promover a Educação Inclusiva?” Dois professores sugeriram a efetivação de atividades de socialização em sala. Seguem as transcrições:

“Primeiro a socialização, não sou a favor de salas especiais para eles e sim a integração de se sentir a vontade dentro da escola” (PROFESSOR A).

“Atividades que promovesse desenvolvimento cognitivo e socialização entre todos” (PROFESSOR B).

Quatro responderam focando na formação do docente, suscitaram a necessidade da realização de cursos de formação continuada:

“Adaptação de cursos e implantação de recursos” (PROFESSOR C).

“A escola precisa fazer cursos de capacitação sobre o assunto” (Professor D)

“Os sistemas e o governo precisa oferecer cursos de pós-graduação que foquem na inclusão” (PROFESSOR E).

“Nós precisamos de formação continuada, sem ela não da pra trabalhara inclusão”(PROFESSOR F)

Três professores suscitaram a necessidade de recursos didático-pedagógicos indisponíveis. Suscitaram, portanto, a compra de materiais didáticos diversos para se trabalhar com as pessoas que possuem necessidades especiais. Segue,

respectivamente, a transcrição das respostas:

“A escola precisa adquirir material pedagógico para que a gente possa trabalhar atividades de qualidade, onde as crianças especiais pudessem expressar seus sentimentos, atividades que promovesse igualdades sem excluir nenhuma e sim incluir todos” (PROFESSOR G).

“A escola poderia fornecer recursos didáticos para trabalharmos a inclusão” (PROFESSOR H).

“O município pode adquirir instrumentos diversos para o professor trabalhar a inclusão” (PROFESSOR J).

Mittler (2003) suscita que o apoio técnico junto aos professores é fundamental, entretanto, o mesmo salienta que as autoridades têm investido pouco na capacitação docente e em recursos didáticos pedagógicos.

As respostas dadas só corroboram com os dados já analisados anteriormente quanto à preparação dos docentes e aos recursos disponíveis para a prática da inclusão. Esses dados apenas reforçam a necessidade de especialização docente na área de inclusão educacional, seja em pós-graduações ou mesmo em graduação. Dentre as atividades propostas, vale salientar, a pertinência do discurso de um dos professores, a saber:

“Acho que cada caso tem sua maneira de ser trabalhar, então o docente que é consciente disso, pode escolher uma metodologia adequada para sua turma. O lúdico é muito importante para se descobrir as diferenças e aprimorá-las. Os jogos para escolares é um desafio que vem trazendo resultados satisfatórios no tocante a educação inclusiva”. (PROFESSOR I)

A fala supracitada ressalta alguns aspectos relevantes como a escolha metodológica que se adéqüe aos diversos casos de sala de aula, o lúdico e os jogos como forma de interação etc. Segundo o professor tais atividades podem contribuir para a compreensão das diferenças e seu aprimoramento, tendo em vista que a diferença, a alteridade é processo natural na formação humana.

Diante dessas considerações apresentadas, vale salientar, que para os docentes dessa instituição de ensino a educação inclusiva, apesar das dificuldades em sua implementação, é de suma importância para o sistema educacional da atual, tendo em vista que a inclusão é um direito constitucional, previsto na Carta Magna, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) etc. Outro aspecto relevante é o fato de que os mesmos apontam para a necessidade de qualificação profissional que deve ter início na

própria academia e que deve perpassar os processos de formação continuada promovidos pela escola, pelos sistemas de ensino e por inúmeras outras instituições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs-se entender como inclusão educacional era percebida pelos educadores, seus conceitos, limitações e contribuições. Tendo em vista que a educação de crianças e adolescentes com necessidades especiais foi por séculos desprestigiada (senão excluída) e que são muitas as dificuldades de se efetivar a inclusão, buscou-se compreender como a diversidade era percebida em sala de aula a partir dos próprios educadores na sala de aula. A diversidade tem sido no decorrer da história educacional um campo fértil para paixão ou temores, tem ocupado muitos e produtivos espaços de reflexão entre educadores das mais diferentes posturas que revelam por vezes reações ambivalentes (Bueno 1998).

As teorias e práticas segregacionistas do passado são hoje extremamente contestadas pelos estudiosos da inclusão, assim como dos defensores dos direitos humanos. Não se concebe mais excluir o outro pela diferença, em contraponto, a alteridade apresenta-se como fonte fundamental das relações sociais ou até mesmo a própria construção da personalidade. As pessoas com necessidades especiais, antes abandonados e expostos à sorte, aos poucos vão conquistando direitos à vida, ao lazer, à educação etc.

As formas de exclusão tão presentes na antiguidade não existem mais, entretanto existem uma infinidade de outras formas de discriminação que vão desde o preconceito, o bullying, a falta de acessibilidade, a exclusão “educacional” por ausência de recursos pedagógicos específicos para as pessoas com necessidades especiais, etc.

Com base na pesquisa realizada, pode-se perceber as dificuldades os educadores em efetivarem a inclusão, devido a todos os fatores anteriormente citados. As dificuldades invocadas pelos docentes estão relacionadas principalmente falta de capacitação profissional.

As razões invocadas pelos professores para respaldarem suas dificuldades com relação à educação inclusiva são diversas. As mesmas dizem respeito a falta de qualificação profissional e a ausência de recursos pedagógicos apropriados ao desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

Assim, um dos desafios para o sucesso do ensino inclusivo é a operacionalização de cursos de formação por parte dos sistemas de ensino, das

escolas e também da academia que necessita incluir a inclusão no currículo obrigatório dos diversos cursos de licenciatura.

A consolidação da escola inclusiva é um processo que vem sendo construído e reconstruído a cada dia, a partir de práticas vivenciadas entre alunos, professor, supervisores, pais e governantes, que juntos podem encontrar saídas sociológicas e pedagógicas para a universalização da Educação já prevista nos documentos oficiais.

Segundo Skliar (1997) a educação de crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças de rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. Os programas acadêmicos de licenciatura precisam dar atenção a todos esses aspectos que ainda se mostra tabu na cultura brasileira, vencer medos e preconceitos é o desafio a ser enfrentado, o que exige uma boa dose de coragem e ousadia na afirmação da vida e dos direitos humanos.

Vale ainda ressaltar alguns resultados. Dentre eles a concepção de inclusão dos educadores que corroboram com a ideia de inclusão dos teóricos analisados nos capítulos teóricos deste trabalho. A inclusão como processo de inserção e todos os alunos no processo de ensino aprendizagem, assim como no combate ao preconceito e respeito a diversidade. Outro aspecto relevante é a opinião dos educadores de que trabalhar na perspectiva da inclusão melhora os processos de relacionamento entre os alunos, o respeito, a liberdade e a tolerância recíproca. Todos os docentes comungam com essa ideia.

Por fim, é pertinente ressaltar a necessidade de implantação de políticas públicas direcionadas a educação inclusiva. Se medidas não forem tomadas a efetivação da educação inclusiva será sempre uma “utopia”, visto que sem a reforma da estrutura física das escolas, sem a compra de recursos pedagógicos diversos e sem a capacitação dos profissionais da educação a inclusão não pode se efetivar. Isso também está presente na fala dos entrevistados quando os mesmos sugerem na questão dez a necessidade de se realizarem cursos de formação continuada e a compra de material pedagógico.

Diante destes resultados, pode-se concluir que a inclusão na forma em que se propõe os documentos oficiais é bastante pertinente, tendo em vista o princípio de universalização da educação. Entretanto, as possibilidades de

efetivação da mesma se dão em contrariedade, visto que as condições físicas, materiais e humanas da escola se opõem aos ideais previstos em lei.

Urge portanto a necessidade de pensar todo o processo sobre a inclusão educacional a começar pelos órgãos competentes para realizar as mudanças e aqueles competentes para exigir das autoridades a sua concretização.

Diante das considerações já realizadas, suscita-se a necessidade de implantação de políticas públicas que foquem na formação docente cujo currículo possibilite a construção de habilidades para a prática da educação inclusiva. Ressalta-se também a necessidade de formação continuada para os docentes, assim como reelaboração da estrutura física das escolas e investimento dos gestores em recursos didático-pedagógicos que venham facilitar o processo de inclusão na sala de aula e na escola.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria Lúcia. **Psicologia do Excepcional**. v. 3. São Paulo: EPU, 1986.
- ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva – Referenciais para a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos: a escola**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.
- ARANHA, M.S.F. **Inclusão social e municipalização**. In: MANZINI, E.J. (org) Educação Especial temas atuais, Marília Publicações: Marília SP, 2000.
- BUENO, José G. da S. **Crianças com necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de professores: Generalistas ou Especialistas**. Revista brasileira de educação especial, n.5, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação **Educação Especial, tendências atuais / Secretaria de Educação a Distância**. Brasília – MEC, SEED, 1999.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: MEC, Salto para o futuro, 2000.
- BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial: livro 1 / MEC / SEESP – Brasília: a Secretaria, 1994**.
- BRASIL, (1994). **Declaração de Salamandra e linha de ações sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, Coordenadora Nacional para Integração de Pessoas de Deficiência. (CORDE).
- BRASIL (MEC) - Secretaria de Educação Especial. **Educação Especial no Brasil**. Série: Institucional , 1994
- FÁVERO, Eugenio Augusta Gonzaga. **O Ministério Público, os desafios e perspectiva na inclusão social de pessoas com deficiência. Pessoa com deficiência, o direito a diferença**. IN: Anais dos Seminários Regionais: Relato de experiências brasileiras em educação inclusiva. SEESP/MEC. FNDE/MÊS. Brasília: 2001.
- FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médica, 2000.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Cortes, 1997.

GOTTI, Marlene de Oliveira et. Al (Organização e Coordenação) **Direto à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**: orientações gerais e marcos locais. Brasília: MEC, SEESP, 2004, p.353.

BRASIL. **Inclusão**. Revista da Educação Especial / Secretária de Educação Especial. V.1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

_____, **Diretrizes Nacionais para a educação especial e na educação básica**. Brasília: MEC / SEESP, 2001.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. LDB 5692-11/08/71. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Brasília: Gráfica do Senado, 1971.

MANZAN, Jaqueline Fonseca. **Educação inclusiva: um direito a diversidade**. Disponível: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1722/1/2011_JaquelineFonsecaManzan.pdf>. Acesso em 15 de Julho de 2013.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva – Contextos sociais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

PRADO, M. E. B. B.; FREIRE, F. M. P. **A formação em serviço visando a reconstrução da prática educacional**. In: FREIRE, F. M. P.; VALENTE, A. (Orgs) *Aprendendo para a Vida: os Computadores na Sala de Aula*. São Paulo: Cortez, 2001.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2002. Disponível em: <<http://www.diadaeducação.pr.gov.br>>. Acesso em 21 de out. 2010.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação e exclusão**: uma abordagem socioantropológica da educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

UNESCO (1994). **Declaración de Salamanca y Marco de acción ante las necesidades educativas especiales**. París: UNESC.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO SÃO BENTO -PB
APRENDENTE: EDILMA LOPES TEIXEIRA

Prezado Educador,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar a Inclusão “Reflexão sobre a Educação Inclusiva e nas relações no processo de aprendizagem”: uma experiência na Escola Municipal de E. F. Plácido Francisco Saraiva Leão em São José do Brejo do Cruz-PB.

A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DOS PARTICIPANTES

1. Sexo:
 feminino
 masculino

2. Idade:
 18 a 25 anos
 26 a 35 anos
 acima de 35 anos

3. Qual é o seu nível de formação:
 ensino médio
 magistério
 superior incompleto
 superior completo

4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?
 menos de 1 ano
 de 1 a 5 anos
 de 6 a 10 anos
 há mais de 10 anos

5. Em que turma está lecionando atualmente?
 6º Ano
 7º Ano
 8º Ano
 9º Ano

B – QUESTÕES RELACIONADAS AO TEMA DA PESQUISA

6. O que você entende Educação Inclusiva?

7. Você acredita que os professores estão preparados para realizarem na pratica uma educação inclusiva? () Sim () Não Justifique:

8. Você acredita que contribui para que aconteça a educação inclusiva através do seu trabalho docente? () Sim () Não Justifique:

9. Trabalhar a Educação Inclusiva ajuda a melhorar o comportamento de todos com relação à(s) diferença(s)? () Sim () Não Justifique:

10. Quais sugestões de atividades você daria aos docentes a fim de promover a Educação Inclusiva?

Boa Sorte!
E muitíssimo obrigada por ter participado da pesquisa!